



4033114
R-10114

Luiz Felipe Viel Moreira
Marcela Cristina Quinteros
André Luiz Reis da Silva

TEXTO X 34 40

Coleção Relações Internacionais
Coordenador: Paulo Gilberto F. Visentini

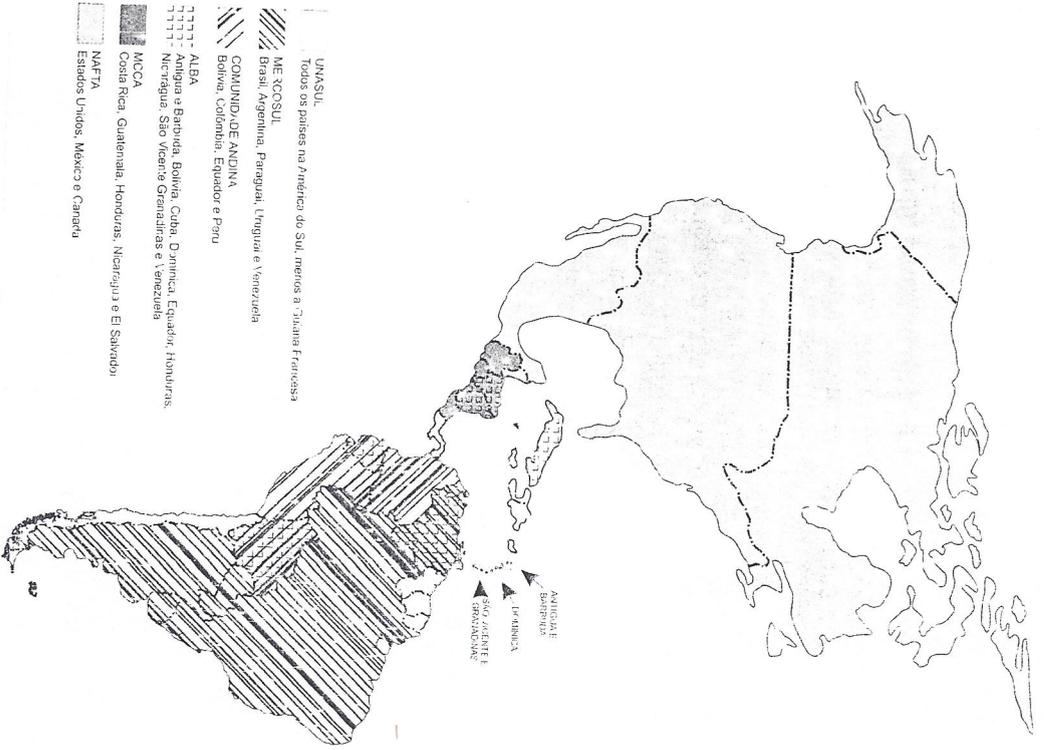
- *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*
Cristina Sorعانu Pecequilo
- *Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964) -- O nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente*
Paulo Gilberto F. Visentini
- *História das Relações Internacionais -- A Pax Britannica e o mundo do século XIX*
Antônio Carlos Lessa
- *Relações Internacionais Contemporâneas -- A ordem mundial depois da Guerra Fria*
José Augusto Guilhon Albuquerque
- *História das Relações Internacionais II -- O século XX: do declínio europeu à era global*
Christian Lohbauer
- *As Relações Internacionais da Ásia e da África*
Paulo Gilberto F. Visentini
- *Relações Exteriores do Brasil I (1808-1930) -- A política externa do sistema agroexportador*
José Luiz Werneck da Silva e Williams Gonçalves
- *Relações Exteriores do Brasil contemporâneo*
Danielly Silva Ramos Becard
- *As Relações Internacionais da América Latina*
Luiz Felipe Viel Moreira, Marcela Cristina Quinteros e André Luiz Reis da Silva

As Relações Internacionais da América Latina



Petrópolis

Mapa 5. Integração e blocos econômicos na América Latina



TEXTO: 40

10

A nova América Latina e os desafios da autonomia e da integração (1999-2009)

A crise do neoliberalismo e a ascensão da esquerda

As crises financeiras e as fragilidades econômicas dos países da América Latina contribuíram para a crise do neoliberalismo na região. Mas outros acontecimentos também estavam articulados, como o fracasso da Reunião de Seattle da OMC em 1999, o esvaziamento da ONU e o unilateralismo norte-americano, a securitização da agenda internacional pós-11 de setembro de 2001 e as sucessivas crises financeiras e volatilidade do capital, bem como o protecionismo econômico dos países desenvolvidos. Além disso, na última década, a América Latina viu a ascensão de partidos de esquerda ou reformistas pela América Latina, bem como o enfraquecimento dos partidos e governos neoliberais, que tiveram a hegemonia no continente ao longo dos anos de 1990.

Com a vitória de governos de oposição, cujas campanhas políticas se haviam assertado na crítica ao neoliberalismo, a opinião pública avaliava negativamente a década

neoliberal. Assim, a nova América Latina, que emerge nos últimos anos, se encaminha para propostas reformistas, com diferentes graduações de intensidade, mas que tem como laço em comum a retomada da capacidade operativa do Estado no âmbito econômico, bem como do uso intenso de políticas sociais para combater a pobreza. América Latina, em especial a América do Sul, não é a mesma das cúpulas americanas de Clinton e Bush, que oscilaram do otimismo neoliberal da globalização ao terror da luta contra o terrorismo. A nova América Latina tem visto a ascensão da esquerda e centro-esquerda em diversos países, como Brasil, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, Venezuela, Nicarágua, mostrando o esgotamento do modelo de negociação, enquadramento e integração via Alca.

A Venezuela constitui um importante marco na crise do modelo neoliberal na América Latina. Nesse sentido, Hugo Chávez foi eleito em 1998 e promoveu uma séria de transformações no país, iniciando a chamada "Revolução Bolivariana". Entre as transformações que conseguiu inserir na Constituição, estão a dissolução do Senado, o aumento do poder dos militares e a possibilidade de dissolver a Assembleia Nacional. Ao lado das mudanças políticas, a queda nos preços do petróleo, principal produto da Venezuela, agravou a crise do país. Os empresários do setor, já insatisfeitos, se levantaram contra o presidente quando ele aprovou um pacote com 49 leis que o possibilitam expropriar terras para explorar petróleo, em 2001. Os petroleiros passam então a liderar as greves contra o governo.

Chávez imprimiu um novo dinamismo à Opecp (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), valorizando o preço para financiar seus projetos sociais. Ao mesmo

tempo, desenvolveu uma diplomacia independente (se aproximando de países como o Iraque e trocando petróleo por serviços cubanos), o que valeu-lhe a ira dos norte-americanos. No plano interno, deteve as privatizações, defendendo a intervenção do Estado na economia, e afastou-se das medidas neoliberais, atraindo o ódio dos setores conservadores e de parte dos empresários. No âmbito político criou um legislativo unicameral e reconstruiu completamente um judiciário que era notabilizado por sua histórica corrupção. Passou então a ser acusado de autoritário e populista pela oposição. Contudo, a personalidade do líder venezuelano, um militar voluntarista, bem como as características do regime, que depende da contínua mobilização popular, geraram problemas, abrindo espaço por uma oposição que domina os grandes meios de comunicação. Por outro lado, problemas de gestão e de recursos retardaram a melhoria das condições de vida dos pobres, principal apoio de Chávez, reduzindo a popularidade do regime. Na verdade, as reformas estruturais demandam certo tempo para dar resultados, como as frentes econômicas que estão sendo criadas nas cidades menores, como forma de esvaziar as favelas da capital.

Incapaz de deter as reformas de Chávez, os conservadores desesperaram-se com a aprovação de uma lei de reforma agrária e as mudanças que atingiam a companhia petrolífera (PdVSA), afetando a poderosa burocracia que a dominava. A oposição iniciou manifestações e o dirigente direitista da confederação empresarial (Fedecámaras), Pedro Carmona, incitou os militares a deporem o presidente. Em abril de 2002, após um ato confuso e violento frente ao palácio, o presidente foi preso e o empresário assumiu o

poder, dissolvendo as instituições nacionais. Mas o golpe foi frustrado, com a população e parte do exército libertando Chávez e o recolocando no poder dois dias depois. O presidente reassumiu pedindo uma reconciliação nacional, atuando com prudência, o que faltou aos golpistas, que perderam qualquer legitimidade. O ato recupera parte do prestígio de Chávez, mas os problemas de instabilidade do regime permanecem.

O governo Bush não escondia seu interesse para que Chávez deixasse o governo, não apenas porque se aproximara de Fidel Castro e dos chefes de governo do Iraque, Saddam Hussein, e da Líbia, Muammar Kadafi, mas também porque a Venezuela, dentro do Bloco Andino, passara a constituir o contraponto do Brasil, na resistência à implantação da Alca, e se opunha à intervenção multilateral na Colômbia. Em 30 de outubro de 2000 os presidentes de Cuba e Venezuela assinaram um convênio de cooperação para venda de petróleo para Cuba. Além do pagamento do petróleo, o governo cubano ofereceu uma série de convênios de cooperação técnica na área da saúde, educação e esporte para a Venezuela.

O Presidente Hugo Chávez engrossou as críticas do governo brasileiro à Alca em Quebec, em 2002, e compareceu à Reunião de Presidentes do Mercosul, na qual formalizou o pedido para que a Venezuela integrasse o Bloco. No episódio do golpe de Estado contra Chávez, em 11 e 12 de abril de 2002, o Brasil atuou de forma coordenada com a OEA para exercer a condenação do golpe. Também foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso quem colaborou na defesa da democracia na Venezuela durante a crise de final de 2002, atuando, com o endosso do presi-

dente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no fornecimento, via Petrobras, de petróleo à Venezuela, quando os empregados da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) mantiveram por muitas semanas uma greve geral contra o governo de Chávez. A despeito da reação americana e da oposição interna, Hugo Chávez teve seu governo referendado em 2004. Foi reeleito em 2006, com 62,9% dos votos.

Na Bolívia, o aumento nas tarifas de água, em dezembro de 1999, inicia uma onda de protestos que atinge o ápice em 8 de abril de 2000, com cinco mortos, num confronto entre manifestantes e a polícia. O governo proíbe concentrações públicas e decreta estado de emergência. A medida é cancelada em 20 de abril. Os ministros de governo pedem renúncia coletiva e Bánzer nomeia um gabinete mais conservador. Em outubro, o governo, enfraquecido, enfrenta greves de professores e protestos de camponeses. Plantadores de coca bloqueiam as estradas do centro do país, exigindo a renúncia de Bánzer. Lozada substituiu Jorge Quiroga, que ficou apenas um ano no poder, ocupando o posto de Hugo Bánzer, que morreu em maio de 2002, quando já tinha se afastado do poder. Lozada assume em 6 de agosto de 2002. Neste contexto, surge a liderança de Evo Morales, um indígena de origem Aymará, à frente do movimento cocalheiro, que defende o direito indígena à produção de coca. Em 2005, Evo Morales é eleito presidente da república.

Em 2006, Evo Morales, do Movimento para o Socialismo (MAS), assume a presidência. Em sua plataforma de governo defendeu uma campanha internacional para descriminalizar a folha da coca para uso medicinal e tradicional, como o preparo de chás; propôs uma atuação em ali-

ança com os Estados Unidos para combater o narcotráfico internacional; e identificou o papel decisivo do Estado no desenvolvimento do país. Mas com uma política de nacionalização de empresas (inclusive brasileiras) e de renegociação de contratos, o Governo Morales vem buscando a ampliação dos recursos para desenvolver o país e diminuir a dependência e a histórica desigualdade social. A oposição, concentrada em algumas províncias (como Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija) procura resistir, mas o governo central tem conseguido importantes vitórias, ao promulgar a nova Constituição (2009), que limita o tamanho das propriedades rurais, amplia a autonomia indígena e permite a reeleição, confirma a nacionalização dos recursos naturais, principal ponto de ataque da oposição, que não pôde evitar a reeleição de Evo Morales em 2009. Na sequência, em 2006 Rafael Correa vence as eleições no Equador, com um programa fortemente influenciado pela Revolução Bolivariana (Venezuela e Bolívia).

No Brasil, durante o segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, a política externa brasileira sofreu uma nova correção de rumos, mostrando o esgotamento da matriz neoliberal, em especial após a crise financeira de 1999, que denunciou a vulnerabilidade do país. Crescentemente, a partir de 1999/2000, a política externa foi sofrendo uma inflexão, mostrando que a matriz neoliberal estava em crise e reorientação. Fernando Henrique Cardoso, nesse contexto, passou crescentemente a criticar a estruturação do sistema internacional. Esse processo foi acompanhado de uma redefinição do papel do Mercosul e da América do Sul para o Brasil, que atingiu assim importância fundamental como projeto de inserção internacional. Ocorreram, sobre-

tudo em 2001 e 2002, profundas críticas a atuação internacional do Brasil no âmbito interno, que foram assimiladas parcialmente pelo governo. A matriz neoliberal da política externa brasileira dos anos de 1990 estava em crise, mas sua manutenção permanecia inercialmente, até a chegada de um novo governo, em 2003. No Brasil, a virada em direção à esquerda ocorreu com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. A nova matriz de política externa tem como principais características o aprofundamento da integração regional (seguido de uma mudança de enfoque), a retomada da tradição multilateral do Brasil, um novo perfil crítico das relações assimétricas entre os Estados, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes e uma aproximação aos países subdesenvolvidos, bem como a manutenção de relações com os países desenvolvidos. Além disso, verifica-se a retomada de uma ofensiva diplomática através da construção de uma agenda de temas sociais. Em relação ao entorno regional, com a principal prioridade da agenda percebe-se a reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para a liderança brasileira. Analisando a integração sul-americana e do Mercosul definidas como a principal prioridade, ofereceu-se aos vizinhos uma parceria para retornar o crescimento da economia, a efetiva integração física (IRSA) e uma ação estratégica no plano global para reverter a marginalização da região.

Em 2003, após uma grande crise econômica na Argentina, provocada pelos efeitos dos dez anos de política menemista, Néstor Kirchner é eleito presidente pelo Partido Justicialista. Com uma plataforma de perfil Social-De-

mocrata em que buscava diferenciar-se das políticas adotadas durante os governos de seus antecessores, prometendo priorizar a produção, a justiça, a educação, o trabalho, a igualdade e a saúde, Kirchner conseguiu o apoio da população. Com a ascensão de Néstor Kirchner, a Argentina abdicou do papel de aliado extra-Otan. Manteve uma posição distante da Europa e conflitos com os Estados Unidos. Com estes, cancelou os exercícios militares de Aguila III, o Chanceler Bielsa visita e apoia Cuba, a Argentina apoia Evo Morales e se opõe aos Estados Unidos nas negociações da Alca. O governo Kirchner se aproxima então da Bolívia, com interesse energético, e da Venezuela, que deu apoio financeiro à Argentina. Em relação ao Uruguai, o destaque foi a crise das papelarias, as empresas de celulose que se instalaram do lado uruguaio nas margens do Rio Uruguai, o que gerou protestos da Argentina. Em 2007, ocorre a eleição, em primeiro turno, de Cristina Kirchner. Sua plataforma eleitoral priorizou os assuntos energéticos e econômicos, estatizando os fundos de previdência privada e empresas que haviam sido anteriormente privatizadas.

No Uruguai, a Frente Ampla governa o país desde 2005, com Tabaré Vasquez. Sua eleição foi considerada histórica, pois pela primeira vez a esquerda assumiu o governo no Uruguai, rompendo uma situação de manutenção do poder entre dois partidos conservadores: o Partido Nacional e o Partido Colorado. Fazendo uma gestão moderada, o governo Vasquez realizou avanços na esfera social e educacional. O principal foi o programa que concedeu computadores a cerca de trezentas mil crianças da rede pública do ensino fundamental. Além disso, criou o Plano social de emergência para atender a população mais po-

bre. Para financiar seus projetos sociais, Vasquez criou o Imposto de Renda, bem mais baixo que o brasileiro. Mesmo assim, o governo Vasquez conta com 60% de popularidade, e não cedeu à tentação de reformar a Constituição para buscar a possibilidade de reeleição. Já na política internacional, o Uruguai retornou a oscilação entre a integração regional via Mercosul e uma relação privilegiada com os Estados Unidos.

O Uruguai argumenta que o Mercosul tem sido governado bilateralmente pelos seus parceiros mais fortes (Brasil e Argentina) em detrimento dos outros sócios. Assim, o Uruguai vem buscando negociar com outros parceiros, já que teve diversos contenciosos bilaterais com Brasil e Argentina nos últimos anos. Nesse contexto, o Uruguai vem buscando parcerias com os Estados Unidos, como forma de aumentar sua capacidade de barganha dentro do Mercosul. Para finalizar, os desafios do novo governo do Uruguai, um país estável com menos de 4 milhões de habitantes, é manter a retomada do desenvolvimento depois da longa estagnação, melhorar as relações com a Argentina, abalada desde que o Uruguai recebeu o investimento das fábricas de celulose. No episódio conhecido como crise das papelarias, a Argentina protestou e processou o Uruguai na Corte Internacional de Justiça, reclamando que o Uruguai violou o Estatuto do Rio Uruguai de 1975, ao permitir, sem consultar a Argentina, a instalação de duas fábricas de celulose nas margens do Rio Uruguai. A empresa espanhola Ence decidiu mudar a fábrica para outra região do Uruguai, enquanto a finlandesa Botnia continuou no mesmo lugar.

No Chile, os governos socialistas de Ricardo Lagos e Michele Bachelet deram continuidade ao padrão de aber-

tura econômica mantido no país, mas introduziram algumas nuances, sobretudo com investimentos na área social e uma maior aproximação com os países da América do Sul, com a participação nos projetos da Unasul. Em 2000, ocorreu a ascensão de Ricardo Lagos (Partido Socialista do Chile) à Presidência. Sua campanha baseou-se na defesa da redução do nível de desemprego e na execução da Reforma Processual Penal. Em 2005, Lagos conseguiu realizar emendas constitucionais para eliminar as heranças autoritárias do regime militar: recuperou-se o direito do presidente de destituir os chefes das Forças Armadas e o cargo de senador vitalício foi extinto. A duração do mandato presidencial foi reduzida de seis para quatro anos. Mesmo se aproximando do processo de integração da América do Sul, no governo Lagos foi assinado um tratado de livre-comércio com os Estados Unidos. Em 2006, a socialista Michelle Bachelet é eleita presidente, assumindo em março. Sua plataforma de governo propôs amenizar as desigualdades sociais por meio da adoção de medidas emergenciais, entre elas a melhoria do atendimento em hospitais públicos. Entretanto, no início do governo (maio e junho), Bachelet teve de enfrentar uma greve de 600 mil estudantes por melhorias no ensino público do país, que ocuparam 651 colégios públicos, dando início à “Revolta dos Pinguins”. Em 2007, em razão da estriagem, considerada a pior em 50 anos, das interrupções do fornecimento de gás pela Argentina e do brusco aumento do preço do petróleo, o Chile enfrenta grave crise energética. Mas o enfrentamento da crise mundial de 2008, a partir das reservas financeiras alcançadas nos primeiros anos de governo, conferiram a Bachelet grande popularidade.

Em 2008, no Paraguai ocorreu a eleição de Fernando Lugo, do Partido Alianza Patriótica para el Cambio, à presidência. Durante sua campanha, concentrou-se na questão da desigualdade social, prometendo reforma agrária. Também afirmou que iria defender os interesses paraguaios com relação à Itaipu. Ademais, prometeu lutar contra a corrupção e favorecer o nacionalismo, no plano econômico. Em relação a Itaipu, Brasil e Paraguai fecham um acordo sobre Itaipu. Segundo o acordo, o Brasil passará a pagar ao Paraguai uma compensação anual de US\$ 360 milhões pela energia consumida, contra US\$ 120 milhões atualmente.

A persistência do modelo neoliberal: Peru e Colômbia

No Peru, mesmo com a crise e queda de Fujimori, ao tentar a segunda reeleição, tem ocorrido a persistência do modelo anterior. As eleições de 2000 estiveram marcadas por suspeitas de fraude e pela contestação da lisura do Pleito. Fujimori acabou sendo empossado em julho de 2000, mas acabou convocando novas eleições e o Congresso destituiu-o, culminando com seu refúgio no Japão. Com a fuga de Fujimori, constituiu-se um governo de transição, sob a chefia de Valentín Paniagua, até então presidente do Congresso, que teve como principal meta a garantia de eleições presidenciais livres e justas — as quais foram marcadas para 28 de abril de 2001 —, a defesa dos princípios do Estado de Direito Democrático, e o fim da corrupção política. Após vencer as eleições, em 28 de julho de 2001 Alejandro Toledo, um dos mais contumazes críticos de Fujimori, tomou posse como presidente da república, tendo a

sua frente inúmeros desafios de ordem política, social e econômica. Seguindo uma política econômica neoliberal, a administração de Toledo buscou a estratégia de fazer o país atingir determinados níveis macroeconômicos, para depois distribuir o desenvolvimento pelo país. Essa atenção dedicada ao comércio com os Estados Unidos ocorreu paralelamente à intensificação das relações regionais, sobretudo na comunidade.

As eleições presidenciais de 2006 ocorreram novamente em dois turnos, com a vitória de Alan García sobre o rival Ollanta Humala por uma diferença de um pouco mais de 5% no segundo turno. A vitória de García, apesar da impressão negativa que deixou a sua primeira gestão (1985-1990), é atribuída ao fato de que o candidato conseguiu se situar numa posição intermediária entre a esquerda radical, representada por Humalla, e a direita de Lourdes Flores. García, no âmbito das relações exteriores, o governo peruano afirmou que seguiria a já tradicional via de inserção internacional por meio da Comunidade Andina de Nações, marcando uma continuidade em relação ao governo Toledo, apesar de algumas disputas bilaterais com o Chile e a Bolívia. Com relação aos Estados Unidos, García seguiu o processo de ratificação e implementação do Tratado de Livre-Comércio assinado na gestão de Toledo. O tratado foi ratificado em junho de 2006, pouco antes da posse de García, e teve uma emenda aprovada em 2007 pelo Congresso peruano. Nos Estados Unidos, o Presidente George W. Bush aprovou o tratado em dezembro de 2007, e o mesmo entrou em vigor nos dois países em fevereiro de 2009. O comércio entre os dois países tem crescido substancialmente, a uma taxa de cerca de 50% entre

2007 e 2008, e totalizando mais de 300% entre 1994 e 2008. O investimento direto dos norte-americanos no Peru também cresceu, concentrado especialmente no setor minero. Se na década de 1990 o Peru tinha uma clara preferência pelos Estados Unidos, nos últimos anos tem havido uma sutil inflexão, com o país intensificando as relações na América do Sul, mas o projeto de integração da Unasul ainda não é uma prioridade. Se a Unasul e a integração dos países da América do Sul avançarem, o Peru provavelmente buscará uma maior aproximação multilateral.

A guerra civil na Colômbia também constituía outro foco de instabilidade que preocupa os países da região, ainda mais pelo ativo engajamento dos Estados Unidos na questão. Dessa forma, o Plano Colômbia, lançado às vésperas da Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2000, preocupava o governo brasileiro, na medida em que significava a militarização da região por uma potência estrangeira. Além disso, o Brasil temia o impacto regional do Plano Colômbia, incluindo o território brasileiro nos conflitos, bem como os impactos ecológicos dos agentes químicos que estavam sendo utilizados para destruir as plantações de coca.

Os acontecimentos de 11 de setembro provocaram uma intensificação da pressão dos Estados Unidos sobre a Colômbia, com a ênfase se deslocando do combate ao narcotráfico para a guerrilha e grupos paramilitares atuantes na Colômbia, inclusive deixando de diferenciar narcotraficantes, paramilitares e guerrilheiros nesta política. Em 2001, o governo Bush implementou a Iniciativa Regional Andina, que redirecionava fundos não apenas para a Colômbia, mas também para outros países andinos, além de Brasil e Pana-

má. Assim, o governo americano procurava dar assistência aos seus aliados (Colômbia, Equador e Bolívia), persuadir os países em dúvida (Peru), e constranger os “opositores” desta política (Argentina, Brasil e Venezuela).

A visão divergente da diplomacia do governo Fernando Henrique Cardoso a respeito da questão colombiana, refulando a participação militar no conflito, não aceitando a transferência do território de atuações (de qualquer ator armado) para o Brasil, a adoção da mediação internacional do conflito, bem como a recusa de reconhecimento das Farc e outros grupos guerrilheiros como terroristas, motivava a preocupação do governo brasileiro com a presença americana na região. Durante o governo Pastrana, um ator importante no processo de negociação com as Farc foi a Comissão de Países Facilitadores do Processo de Paz, que envolvia diversos países (Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça e Venezuela) e excluía o convite para participação brasileira.

Em 1998, com a mudança de governo na Colômbia, assumiu a presidência o conservador Andrés Pastrana, então comprometido a resolver pacificamente o conflito armado negociando com a guerrilha e envolvendo a comunidade internacional na mediação do conflito. Além disso, Pastrana propunha o restabelecimento das relações com Washington, por ele considerado o mais importante para a pacificação e estabilização da Colômbia. O governo do conservador Andrés Pastrana (1999-2002) iniciou a difícil tarefa de relegitimar o sistema político tanto interno como externamente. No nível doméstico, não obteve tanto sucesso, em parte devido ao fracasso do processo de pacificação interna junto aos grupos guerrilheiros, sobretudo

as Farc (às quais, inclusive, chegou a conceder uma zona desmilitarizada equivalente a 40% do território nacional), à falta de recuperação econômica e ao desborde de violência política no final de seu mandato. No nível externo, Pastrana teve sucesso em restabelecer plenamente as relações com os Estados Unidos, aceitando, no entanto, a internacionalização do conflito colombiano e da luta ao narcotráfico por meio de mecanismos concretos como o Plano Colômbia, do qual falaremos mais adiante. Nessas condições emerge, de uma divisão do Partido Liberal, Álvaro Uribe com o propósito de reunificar um país politicamente fragmentado. Para tanto, no plano externo, o governo de Uribe se propôs ao que chamou de “política de segurança democrática”, concebida com três grandes objetivos: a consolidação do território nacional, com destaque para o papel das forças armadas e uma desmobilização dos grupos paramilitares; a eliminação do narcotráfico, por meio do fortalecimento de políticas de fumação das zonas de plantio e de combate pelo exército aos grupos de narcotraficantes; e a proteção das fronteiras, por meio de acordos com os países vizinhos.

A integração sem Alca: a crise do neoliberalismo e o Mercosul

A partir de 1997 com a crise asiática e a instabilidade financeira internacional houve uma fragilização das economias emergentes, que levou no início de 1999 a uma fuga de capitais do Brasil, à qual o governo respondeu com uma forte desvalorização do Real, provocando o encarecimento das importações brasileiras. Tal fato atingiu duramente a Argentina, que tinha superávit em relação ao

Brasil. Assim, iniciava-se a chamada crise do Mercosul, que alguns analistas viam como o seu fim. Tratava-se da erosão de um modelo econômico, numa conjuntura internacional diversa da que iniciara a década. A instabilidade financeira global, a lentidão no crescimento e a crise social provocavam também uma crise de legitimidade interna nos países da região, sobretudo em relação às políticas neoliberais. A crise do mercosul, em 1999, é decorrência da fuga de capitais que atingiu o Brasil, bem como da crescente desvalorização cambial.

A crise no Mercosul começou com a desvalorização do real diante do dólar, em janeiro de 1999. Com o peso atrelado ao dólar, a Argentina viu suas vendas para o Brasil caírem. Pediu medidas do governo brasileiro para combater o desequilíbrio e não foi atendida. Daí em diante, criou empecilhos às exportações brasileiras. Em meados do ano, o governo argentino chegou a publicar uma medida criando salvaguardas gerais – foi o momento de maior risco ao Mercosul, mas que não entrou em vigor. No final de 1999, o ministro brasileiro Felipe Lampreia já sinalizava a ideia de relançar o Mercosul no ano de 2000, redefinindo as novas prioridades para o bloco comercial, sobretudo a sua ampliação para a América do Sul.

A resposta à crise do Mercosul veio com a ampliação e fortalecimento da América do Sul. Em 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, na primeira cúpula de presidentes sul-americanos, foi relançado o projeto de integração da América do Sul em Brasília, com a participação dos 12 presidentes da América do Sul, primeira vez em que todos os chefes de Estado do continente se reuniram. Dois dias antes, com o objetivo de contrabalançar o protagonismo brasileiro, Bill

Clinton havia visitado a Colômbia e oficializado ajuda de 1,3 bilhão de dólares para o combate ao narcotráfico. O objetivo do encontro sul-americano foi de aprofundar a cooperação já existente, construindo um projeto de cooperação em distintos campos: combate a drogas ilícitas e delitos conexos; ciência e tecnologia e integração física.

As negociações avançaram no encontro de chanceles em La Paz (Bolívia) em junho de 2001, com a indicação de constituir-se uma área de livre-comércio antes da entrada em vigor da Alca. Já a Segunda Reunião de Presidentes Sul-americanos, realizada em Guayaquil, Equador, em 26 e 27 de julho de 2002, procurou aprofundar a ideia de integração sul-americana, mesmo em uma conjuntura difícil, em meio ao colapso da Argentina e de dificuldades na maioria dos países da região. A reunião demonstrou a vontade política do governo brasileiro de avançar a cooperação econômica e política na América do Sul. O Presidente Fernando Henrique Cardoso discursou em nome dos presidentes, criticando o protecionismo do Primeiro Mundo e a lentidão nas negociações com a União Europeia, demonstrou resistências à Alca e pregou a necessidade de associação entre Mercosul e Comunidade Andina.

Em 2001 ante os impasses na negociação da Alca, o Ministro argentino Domingo Cavallo afirmava que preferia que seu país se afastasse do Mercosul para estabelecer uma negociação comercial bilateral com os Estados Unidos e com a União Europeia. Para o ministro, todas as alternativas de negociação deviam ser utilizadas, inclusive a multilateral, envolvendo o Mercosul, mas não poderia ser descartada uma relação direta com os Estados Unidos. Mas tal ideia não vingaria num contexto de crise do modelo neoliberal na Argentina.

A reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Buenos Aires no início de julho de 2002, em meio ao impasse da integração, foi marcada pelo espectro da crise argentina e das eleições brasileiras. A presença do presidente mexicano Vicente Fox, após visita ao Brasil, significou também um importante fato político, embora representasse os interesses da diplomacia de Washington. Mas a Cúpula de Buenos Aires, apoiada politicamente por um manifesto de apoio ao fortalecimento do Mercosul, assinado por dezenas de personalidades brasileiras, reafirmou os objetivos da integração. Essa reunião também marcava a tentativa de construção e fortalecimento para a Segunda Cúpula dos países da América do Sul, que ocorreu em Quito, nos dias 27 e 28 de julho, dando continuidade à aproximação entre o Mercosul, a Comunidade Andina, o Chile e as Guianas.

A Venezuela teve seu ingresso no Mercosul aprovada em 2006 pela cúpula presidencial, mas que depende de ratificação pelos parlamentos dos todos os países-membros. Os parlamentos da Argentina e Uruguai já aprovaram, ressaltando ainda Brasil e Paraguai. Para finalizar, é importante ressaltar que a Venezuela é uma democracia, tem uma economia complementar à brasileira e colabora com o projeto de Integração da América do Sul. Assim, a entrada da Venezuela vem fortalecer o Mercosul tanto do ponto de vista econômico quanto político. O Mercosul garante a todos os países, juntos, um reforço de suas democracias, uma inserção internacional mais fortalecida e um reforço nos projetos de desenvolvimento.

Desde a sua criação, mesmo passando por dificuldades, algumas ainda persistentes, o Mercosul alcançou muitos êxitos, como a empatia entre os intelectuais dos diver-

sos países; a criação de uma zona de paz no Cone Sul; a ampliação do comércio intrazonal; a produção de uma imagem positiva; e o fortalecimento da ideia de América do Sul. O Mercosul é um dos grandes projetos de Estado do Brasil, maturado desde os anos 1980 e que vem buscando agora a integração na América do Sul, através da Unasul. Convém lembrar que existem dois projetos para a Unasul: o da Alternativa Bolivariana das Américas (coordenado pela Venezuela) e o do Mercosul. Com a entrada da própria Venezuela no Mercosul, o projeto liderado pelo Brasil ganha mais força e tende a ser o modelo e a base da integração sul-americana.

Nesse contexto, durante a Cúpula realizada em Mar del Plata, em novembro de 2005, consolidou-se três visões acerca da integração hemisférica. A abertura total dos mercados era defendida pelos Estados Unidos, Canadá, México, Chile, Colômbia, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru, Equador e El Salvador. A segunda visão, contrária à Alca, era a da Venezuela. A terceira era a do Mercosul, que defendia uma Alca mais modesta e a eliminação dos subsídios agrícolas dos Estados Unidos. Houve uma aproximação entre a posição da Venezuela e os países do Merco sul que se recusam a retornar as negociações enquanto os subsídios agrícolas americanos não fossem suspensos.

Liderada pela Venezuela, em oposição à Alca, foi apresentada a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba). A principal proposta do acordo é a diminuição das desigualdades presentes na região, contrastando as ideias de desenvolvimento através do livre-comércio. São propostos para tal fundos de apoio financeiro a serem criados na região. Integram atualmente a Alba a Venezuela, Bolí-

via e Nicarágua, juntamente com a socialista Cuba. Atualmente a Alba é integrada por nove países: Venezuela (2004), Cuba (2004), Bolívia (2006), Nicarágua (2007) Dominica (2008), Honduras (2008); Equador (2009) Antígua e Barbuda (2009); São Vicente e Granadinas (2009). Também é possível a entrada do Paraguai e El Salvador. Outros países da região já foram convidados a aderirem ao grupo e o Vietnã foi convidado por Chávez a participar como observador do organismo. Com o objetivo de dinamizar a integração, foi inaugurado o Banco da Alba em 2008, instituição encarregada de financiar melhorias nas esferas da saúde, cultura e energia. O banco servirá, também, para romper com a dependência dos países signatários aos recursos externos, em especial às divisas do FMI e do Banco Mundial. No final do mesmo ano, um projeto mais ambicioso foi colocado em prática: a adoção de uma moeda comum, denominada Sucre (Sistema Unitário de Comunicação Regional).

Já a Guiana e o Suriname são os países mais jovens e estão entre os de menor dimensão territorial na América do Sul. Nas décadas após a independência, foram fortemente condicionados pelas ligações com a ex-metrópole e passaram por ciclos autoritários e instabilidade política. No plano externo, também estão condicionados pelos litígios fronteiriços Guiana-Venezuela e Guiana-Suriname e Suriname-Guiana Francesa. O Suriname tem conseguido, na última década, superar os conflitos internos, sobretudo com Ronald Ronald Venetian, que governou no período 1991-1996, quando foi eleito Presidente Jules Wijdenbosch, com mandato até 2000. Desde então, com eleição (2000) e reeleição (2005) Venetian governa novamente o

Suriname, com mandato até 2010. Na Guiana, a partir de 1992, com o governo de Cheddi Jagan, um tradicional marxista que adota políticas neoliberais e se aproxima dos Estados Unidos, mas em 1997 vem a morrer e é substituído no governo pela sua esposa Janet Jagan, que renuncia em 1999. O ministro da Fazenda Bharrat Jagdeo foi nomeado (2000), eleito (2001) e reeleito (2006) presidente da Guiana. Tanto a Guiana quanto o Suriname vêm buscando uma aproximação maior com os países sul-americanos, principalmente após a Cúpula de Brasília, em 2000, que lançou o projeto de integração. Assim, a Guiana e o Suriname, de tradição cultural e movimentação histórica diferenciada do restante da América do Sul, constituem uma fronteira nova a ser tratada no contexto da integração do subcontinente.

A importância estratégica da região amazônica

A região amazônica reveste-se de especial importância para a política de defesa e segurança, bem como para a estratégia de fortalecimento da América do Sul. Foco de interesses transnacionais diversos (governos, empresas multinacionais, Ongs, cientistas, narcotraficantes, entre outros). Para tanto, é de fundamental importância a articulação dos países limítrofes com a Amazônia para a construção de uma visão estratégica comum, sobre seus desafios e soluções. Por outro lado, também é importante verificar como esse conjunto de países tem se inserido no contexto de integração hemisférica, o Mercosul e a Comunidade Andina. Comunidade Andina, que reúne, desde 1969, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A articulação dessas duas iniciativas constituiram a espinha dorsal

do projeto de integração sul-americana. Dentro da mesma lógica de ampliação, no dia 16 de abril de 1998, foi assinado um Acordo Marco para a criação da Zona de Livre-Comércio entre Mercosul e a Comunidade Andina (CAN), que engloba os países da região amazônica. Tinha como objetivo substituir os acordos de complementação bilateral que cada membro da comunidade andina tinha com o Mercosul. Os dois blocos também se comprometeram a desenvolver a estrutura física da região, com ênfase em corredores de exportação.

Entre as décadas de 1960 e 1970 verificou-se renovado interesse, tanto nacional como internacional, pela riqueza mineral e pelo potencial agrícola da Amazônia. Mas foi, sobretudo, desde meados dos anos 1980 que uma série de fatores promoveu uma globalização da discussão em torno da Amazônia. Entre esses fatores, verificou-se a formação de um consenso mundial sobre a importância decisiva da Amazônia para o clima regional e a biodiversidade global e o fato de a região ter se tornado central na ação das Ongs ambientalistas. O tratamento da questão das reservas indígenas e da construção de estradas e barragens. O amplo leque de preocupações a respeito da Amazônia levou o governo brasileiro a ampliar e deslocar consideravelmente seu contingente militar para essa região (analisado no quinto capítulo) e procurar fortalecer iniciativas bilaterais e multilaterais de ocupação efetiva e de desenvolvimento.

Nesse contexto, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em julho de 1978, é um relevante instrumento multilateral para promover a cooperação entre os países amazônicos – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – em favor do desen-

volvimento sustentável da região. Assinado em um momento delicado para a região amazônica, o Tratado teve como objetivo reafirmar a soberania dos países sobre os recursos da floresta. Duas décadas depois, com a redução do temor de sua internacionalização, os governos observam que a função do Tratado não deve ser a de construir um escudo contra os outros países, mas uma forma de integrar com a comunidade internacional e propiciar maior integração.

Em 1995, para fortalecer institucionalmente o Tratado, os chanceleres dos oito países, reunidos em Lima, decidiram criar uma Secretaria Permanente para o TCA, a ser sediada em Brasília, e reafirmaram a importância da Amazônia como fonte essencial de matéria-prima para as indústrias alimentar, química e farmacêutica, recomendando a formulação de planos e estratégias para a conservação do meio ambiente e, sobretudo, a promoção do desenvolvimento sustentável da região. O encontro de Lima significou passo decisivo para consolidar os objetivos deste foro político e diplomático. À luz dos compromissos firmados na Rio 92, recomendou-se aos Países Partes aprovarem a cooperação voltada para a pesquisa e gestão nas áreas de diversidade biológica, recursos hídricos e hidrobiológicos, transportes, comunicações, populações indígenas, turismo, educação e cultura. O principal objetivo era também conferir ao bloco a condição de personalidade jurídica internacional, permitindo que a futura Secretaria assinasse acordos com instituições internacionais e tivesse voz nos fóruns multilaterais, bem como tomasse emprestimos internacionais para o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e preservação ambiental.

Dessa forma, buscou-se o fortalecimento do Tratado de Cooperação da Amazônia como um instrumento diplomático de coordenação dos países-membros em torno do desenvolvimento sustentável da Amazônia e de afirmação de uma visão comum para a sub-região, conferindo um patrimônio econômico, ambiental e diplomático capaz de promover as relações entre os países que a compartilham e de reforçar o seu perfil regional e internacional. A crescente cooperação entre as comunidades existentes nas regiões de fronteira também constituiu uma prioridade e envolveu um somatório de esforços entre as autoridades nos níveis nacional e local dos diversos países, objetivando a implementação de projetos bilaterais de desenvolvimento fronteiriço.

A questão da segurança amazônica, em especial o combate ao narcotráfico, constituiu tema central da política na região. Embora o governo brasileiro tivesse preocupação com o avanço das guerrilhas colombianas sobre o território nacional e uma possível intervenção direta do governo norte-americano na região, procurou apoiar o Plano Colômbia, de combate ao narcotráfico, neste país, com a participação dos Estados Unidos. Em suma, o Brasil apoiou a ação desencadeada na Colômbia para reprimir o narcotráfico, mas não interferiu diretamente no que considerava ser um assunto interno daquele país. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro procurou evitar que nem o conflito entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e as Forças Armadas Colombianas, nem os cartéis criminosos se transferissem para o território brasileiro.

Para o fortalecimento e a manutenção da segurança na região, as Forças Armadas decidiram implantar o Sistema

de Vigilância da Amazônia (Sivam) — que consiste em uma série de radares) em 1993, implicando uma reorientação conceitual na doutrina de segurança amazônica. Diversos países fronteiriços demonstraram interesse nas informações geradas pelo Sivam, e o governo brasileiro foi avançando nas negociações, em especial com Venezuela e Colômbia, além de manter contatos com o Peru, Equador, Suriname e Guiana. Além disso, um tema delicado era a discussão sobre a possibilidade de interceptação armada de aeronaves não identificadas, que dependia de lei e regulamentação. O maior obstáculo à regulamentação da lei era a posição do governo dos Estados Unidos, que reagia de forma ambígua — negando acesso a informações estratégicas — no relacionamento com os países onde a violação do espaço aéreo implica interceptação armada. Militares brasileiros asseguravam que a posição de Washington estava diretamente ligada ao fato de a Força Aérea dos Estados Unidos realizar sistematicamente voos secretos de *stealth* (furtiva) e pesados sistemas eletrônicos para esquadrinhar detalhadamente áreas que consideravam estratégicas ou de acesso complexo para os satélites de alta resolução, como a Amazônia.

Assim, a região da Amazônia constitui tema central, como desafio e oportunidade, tanto nas questões de integração, como de segurança regional. Convém lembrar que a existência de diversas opiniões no meio político diplomático e militar sobre a condução adequada deste desafio — participação ou proibição de capital externo, produção econômica em larga ou pequena escala, entre outras — confere a este debate extrema importância na definição estratégica de transformar a região amazônica de polo de fragi-

lidade em instrumento eficaz de projeção internacional e desenvolvimento. Com efeito, a articulação e cooperação dos países fronteiriços da Amazônia exprimem e simbolizam uma nova presença da América do Sul no mundo pós-Guerra-Fria, como ator relevante em negociações econômicas interamericanas e na configuração de um projeto de segurança para a região. Mas o programa de implantação e utilização de bases americanas na Colômbia, sob pretexto de combater o narcotráfico, preocupa os países vizinhos, pela presença militar norte-americana em uma região sensível para as relações sul-americanas.

Bush, Obama e a América Latina

As preocupações com o Oriente Médio, durante o governo Bush, haviam dado maior margem de manobra para os países da América Latina, que neste período vivenciou a ascensão da esquerda em vários países da região. Entretanto, Bush vai alterando a sua estratégia para a América Latina, que tem como pontos fundamentais o Plano Colômbia e, com a crise nas negociações da Alca, o estabelecimento de tratados bilaterais de livre-comércio com os países da região. Durante o governo Bush (2001-2008), os Estados Unidos procuraram incrementar acordos de livre-comércio, revertendo uma tradição de negociações multilaterais. Estabeleceu Tratados de Livre-Comércio com o Chile (2003), Peru (2005) e Colômbia (fev. 2006) Nessa estratégia, também destaca-se, nesse período, a aprovação, em 2002, do Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA), que substituiu o Andean Trade Preference Act (Atpa) de 1991, e tinha o objetivo de liberar o mercado estadunidense de tarifas a uma série de

produtos andinos e de colaborar para o combate ao narcotráfico nesses países.

O presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, que assumiu em janeiro de 2009, herdou uma extensa lista de problemas internacionais para resolver: as guerras no Iraque e no Afeganistão, os choques entre israelenses e palestinos, o programa nuclear iraniano, as relações tensas com Moscou, os impasses na relação com a Coreia do Norte, a ascensão chinesa e as dificuldades no relacionamento com o mundo islâmico são alguns exemplos. Desde a sua posse, a política externa de Obama tem dado sinais que se basearia no *smart power* (poder inteligente). No contexto diplomático, significa a combinação de diversas estratégias políticas, mas com a busca de ampliação de diálogo, inclusive com os opositores dos Estados Unidos. Por outro lado, verifica-se um interesse renovado na agenda latino-americana dos Estados Unidos. Ou seja, Obama significa uma reatualização dos interesses dos norte-americanos, bem como uma renovação de seus métodos. Para concluir, a América Latina, em especial a América do Sul, que Obama tem de se relacionar, não é a mesma das cúpulas americanas de Clinton e Bush, que oscilaram do otimismo neoliberal da globalização ao terror da luta contra o terrorismo.

Foi o que se viu no encontro entre os presidentes Lula e Obama, ocorrido em Washington em março de 2009, ocasião na qual foram discutidos, num clima de cordialidade, assuntos como a crise econômica mundial, a energia e o meio ambiente. O protecionismo americano e a produção e exportação de etanol também estiveram na pauta. O Brasil mostrou que tem uma diplomacia respeitada e considerada importante para os formuladores da política ex-

tema dos Estados Unidos. De fato, o Brasil é considerado como o país chave para a estabilidade da América do Sul, seja pelo peso de sua economia como de sua atuação diplomática. O Brasil também é visto, desde o governo Bush, como um freio e um contrapeso a Hugo Chávez, da Venezuela, bem como uma ponte para dialogar com os governos de esquerda na América Latina, como o de Evo Morales, na Bolívia.

Entretanto, o Brasil tem um projeto próprio de inserção internacional, em articulação com outros países da América do Sul. E esse projeto requer um espaço de atuação mais amplo do que ser representante dos interesses dos Estados Unidos na América Latina. É bom lembrar que a diplomacia brasileira resistiu ao projeto dos Estados Unidos de formação da Alca nos anos 1990. O Brasil aceitava seu projeto próprio de integração da América do Sul e o fortalecimento do Mercosul e evitava os riscos maiores de uma integração sob hegemonia americana. Atualmente, o Brasil tem feito pesados investimentos econômicos e diplomáticos na América do Sul. Agora, com a retornada do interesse norte-americano sobre a América Latina, estamos diante do encontro de dois projetos para as Américas.

As cúpulas americanas: do enquadramento à contestação

Após o fim da Guerra Fria, o Governo dos Estados Unidos propôs a realização de reunião de Chefes de Estado e de Governo das Américas, com o objetivo de reorganizar as relações interamericanas e com isso sua hegemonia no continente, a partir da definição de nova agenda, sobretudo a

integração do continente, no projeto chamado de Alca, área de livre-comércio das Américas. As Cúpulas das Américas reúnem, desde 1994, Chefes de Estado e de Governo dos países americanos, para discutir temas de relevância para o continente, buscar a definição de políticas comuns e delinear uma visão compartilhada para a região nas áreas econômica, social e política. Na Cúpula de Miami (ocorrida em 1994) foi definida a realização de reuniões periódicas, onde seriam definidas e atualizadas as orientações fundamentais de uma Agenda para as Américas, edificada com base em Planos de Ação a serem negociados a cada reunião. Realizaram-se, desde então, as Cúpulas de Santiago (1998), de Quebec (2001) e de Mar del Plata (2005), além da Cúpula Extraordinária de Santa Cruz, Bolívia (1996), sobre desenvolvimento sustentável, e a Cúpula Extraordinária de Monterrey, no México (2004), que discutiu o combate à pobreza e promoção da inclusão social.

Em abril de 2009 ocorreu a V Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, em que foram debatidas a prosperidade humana, sustentabilidade ambiental e segurança energética. A quinta cúpula das Américas, que reuniu 34 países do continente, foi marcada pelo clima de cordialidade, embora não se tenha obtido consenso. Durante o encontro, chamou a atenção o clima de cordialidade entre o presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, e os líderes de esquerda da América Latina. De fato, as demonstrações, por parte de Obama, de simpatia (comprimentando os outros presidentes em espanhol) e humildade (afirmando que os Estados Unidos tem muito que aprender e que erraram historicamente em relação a Cuba) são sintomáticos do interesse em estabelecer um outro padrão de relacionamento

com os países da América Latina. Mas, apesar dos esforços do Presidente Obama para deixar claro aos países latino-americanos que esta cúpula das Américas ocorria com um novo governante, aberto a uma nova proposta conciliatória, e que era hora de “olhar para o futuro”, a maioria dos países latino-americanos aproveitou para dar lições de História a Obama sobre a região, reclamar do passado de ingerências norte-americanas e pedir mais parcerias e menos dominação. A doação do livro *As veias abertas da América Latina*, escrito por Eduardo Galeano, que Chávez ofereceu a Obama, enquadra-se nesta perspectiva. Entretanto, o Presidente Hugo Chávez afirmou que pretende dinamizar as relações com os Estados Unidos, inclusive nomeando um embaixador para este país. É curioso notar que, enquanto o presidente venezuelano ensaia uma aproximação com os Estados Unidos, deixou para Evo Morales, da Bolívia, manter o tom crítico em relação aos Estados Unidos e ao texto final da Cúpula.

Entretanto, não houve consenso na declaração final. Vários países se negaram a assinar o texto do encontro. Venezuela e Bolívia, por exemplo, são contra a ampliação do uso de biocombustíveis, recomendação do texto final da cúpula. Também criticavam a ausência de referência à questão cubana na declaração. Assim, sem Cuba, e com a crise econômica em segundo plano, não houve acordo para a declaração final dos 34 chefes de governo da 5ª Cúpula das Américas. Apenas o anfitrião, o premier de Trinidad e Tobago, Patrick Manning, assinou a declaração final da Cúpula, negociada pela diplomacia dos países do continente por cerca de oito meses.

A América Latina, que Obama encontrou, não é a mesma das cúpulas de Clinton e Bush. A Nova América Lat

na tem visto a ascensão da esquerda por vários países, que vem marcando suas posições. Mas o discurso e a prática em relação aos Estados Unidos deverá ser alterado, em função da iniciativa diplomática conciliatória do Governo Obama. Nesta Cúpula, observamos que houve mudanças no discurso e na forma de relacionamento entre os países. Agora, devemos observar como se encaminhará concretamente os grandes temas da agenda continental, como a crise econômica, o narcotráfico, a integração, a imigração, bem como a questão cubana. Pode-se afirmar que este será um grande teste não apenas para a diplomacia de Barak Obama, mas para o conjunto de países da América Latina, que passa por transformações nos últimos anos.

América Central, Haiti, México e Cuba

A América Central ainda permanece como uma zona de forte influência americana, mas que vem experimentando, nos últimos anos, novos processos abertos com a crise do neoliberalismo e da nova diplomacia na América Latina, envolvendo os projetos alternativos. Ainda assim, é forte a presença norte-americana, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político. Em 2003, ocorreu a formação da brigada hispanoamericana, tropas de República Dominicana, Honduras, El Salvador e Nicarágua, com cerca de 1200 homens, articuladas com as tropas da Espanha (1.300 homens) que foram levados para lutar na Guerra do Iraque em 2003. A brigada hispanoamericana foi dissolvida em 2004, com a saída das tropas hondurenhas, dominicanas e nicaraguenses, mas até 2008 ainda se encontrava um contingente salvadoreño no Iraque. Além disso, os países da região estão envolvidos em

três projetos de integração em disputa, o Plano-Puebla Panamá (iniciativa mexicana), a Alba (iniciativa venezuelana) e a Cafta-DR (iniciativa norte-americana). Sobre este último, visando enquadrar os países da região, os Estados Unidos assinaram em 2005, o Cafta-DR, acordo de livre-comércio entre países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua), a República Dominicana e os Estados Unidos.

Já o México, que desde os anos 1990 estava subordinado ao projeto dos Estados Unidos na América Central, tem buscado um pouco mais de autonomia, e vem tentando articular economicamente os países da região. Mas há dificuldades. Por mais que o discurso oficial sublinhe a importância da América Latina para a política externa mexicana, o país perdeu boa parte do prestígio que tinha na região anteriormente, pois muitos governos consideram as posturas do país próximas demais dos Estados Unidos. O que o México quer então na América do Sul, desde 2000? Em curto e médio prazos, é a questão energética. Mas a médio e longo prazos é deixar uma porta aberta, para não ficar distante de uma região com perspectivas de crescimento, bem como contrabalançar a grande dependência que tem dos Estados Unidos. Num roteiro que fez pela América do Sul, que incluiu Colômbia e Uruguai, o presidente do México Felipe Calderón fez uma visita ao Brasil, em agosto de 2009. O tema central da visita de Calderón ao Brasil foi a questão energética, que envolve a participação da Petrobras na produção mexicana, e a possibilidade de um acordo na área de Etanol. Além disso, cobraram a volta do presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, ao poder. Na entrevista coletiva à imprensa, os dois mandatários falaram sobre a necessidade de aproximar as duas maiores

economias latino-americanas e ampliar a corrente de comércio, que consideram muito baixas. Na realidade, o comércio não é tão pequeno e as relações entre os dois países não são ruins, mas há um certo distanciamento, causado pelas opções tomadas pelos dois países nos anos 1990. Para finalizar, essa reunião significou também o encontro entre duas potências médias: O Brasil, que experimentou uma ascensão nos últimos anos; e o México, que experimentou uma estagnação diplomática e busca recuperar um certo prestígio na região.

Este é o objetivo do Plano Puebla-Panamá, fortalecer a infraestrutura e a integração física da região compreendida entre o Sul do México e a Colômbia. Lançado em 2002 e relançado em 2004 e 2007, o projeto tem apresentado dificuldades, inclusive pelas comunidades indígenas mexicanas. Assim, em uma reunião em abril de 2007, o presidente mexicano Felipe Calderón, na companhia de vários presidentes da região, relançou pela segunda vez o Plano.

Já no Haiti persiste a violência. Em 1990, Jean Bertrand Aristide, um padre ligado à teologia da libertação, foi eleito presidente pelo Front National pour le Changement et la Démocratie (FNCD), apoiado pelas camadas mais pobres do país. Empossado em 1991, Aristide é deposto por um golpe militar que coloca o General Raoul Cédras em seu lugar. Aristide se exilou na Venezuela e depois nos Estados Unidos. A tentativa de um acordo entre Aristide e Cédras fracassou, e os Estados Unidos intensificaram a pressão pela volta de Aristide. Em 1994, o Conselho de Segurança decreta o bloqueio do país e autoriza uma intervenção militar no país. Em setembro de 1994, dez mil soldados americanos desembarcam no país, permitindo a

volta de Aristide ao poder em outubro. Aristide retorna ao país apenas para completar o seu primeiro mandato (dos cinco anos de mandato, ele governou apenas dois), no qual ele iria dissolver o Exército e estabelecer uma Polícia Civil. Em março de 1995 as tropas norte-americanas começam a ser substituídas por seis mil soldados da ONU, e ocorrem eleições em dezembro de 1995.

O Haiti passou, desde a queda de Aristide em 1991, por cinco missões de paz autorizadas pela ONU. A primeira foi a UNMIH, que ficou no país de 1993 a 1996. Para tentar estabilizar o país após a eleição de René Preval, a Missão de Suporte das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH) atuou entre 1996 e julho de 1997. Então, a UNSMIH foi substituída por uma missão de transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), que permaneceu de agosto a novembro de 1997, trabalhando na profissionalização do aparelho policial, considerado corrupto e violento. O mesmo objetivo tinha a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (Miponuh), que atuou entre dezembro de 1997 a março de 2000. As quatro missões, entre 1993 e 2000, foram um fracasso e não conseguiram uma estabilização mínima do país a médio prazo.

Em 1996, o aliado de Aristide, René Preval, é empessoado como presidente, mas no mesmo ano Aristide rompe com Préval e forma o Fanrai Lavalas (FL), partido de esquerda, que denuncia o programa de privatizações de Préval, enquanto as tensões políticas cresciam. Com o fim do mandato de Preval, Aristide volta ao poder nas eleições de 2000, boicotadas pela oposição. A atual crise do Haiti iniciou em dezembro de 2002, com enfrentamentos entre os grupos aliados e opositores do Presidente Jean Bertrand

Aristide. Em fevereiro de 2004, Aristide deixa o Haiti (ainda é indeterminado se voluntária ou involuntariamente) no momento em que os rebeldes avançam para a capital Port-au-Prince, ficando no seu lugar o chefe da Suprema Corte, Boniface Alexandre. No mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU aprova uma Resolução que determina o envio de uma missão de paz ao país. A saída de Aristide foi promovida pelos Estados Unidos, que considerava a reunião o melhor caminho para apaziguar as forças opositoras.

No início de março de 2004, as primeiras tropas canadenses, francesas e chilenas desembarcam no país, até que em junho a missão é passada à Minustah (a quinta missão desde os anos 1990) e passa a incluir uma força de paz liderada pelo Brasil. Em janeiro de 2009, as forças da Minustah eram compostas por cerca de sete mil soldados, sendo que os maiores contingentes eram do Brasil, Uruguai, Nepal, Sri Lanka e Jordânia. Em 2006, o Ex-presidente René Preval é eleito presidente do Haiti. Com o enfoque na questão do desarmamento, desmobilização e reintegração, os objetivos básicos da Minustah são o diálogo político e o combate à violência, bem como o desenvolvimento econômico e social.

A Venezuela e o Petrócaribe

Historicamente, a Venezuela concebe a América Central e o Caribe como zonas vitais para seus interesses estratégicos e econômicos. Desde a primeira presidência de Rafael Caldera, o país sul-americano foi adquirindo influência na região, utilizando o petróleo como ferramenta de aproximação à região. Venezuela e México fornecem

desde o início dos anos 1980 petróleo para a América Central em condições especiais. Devido a recusa mexicana em entender o acordo para Cuba, Chávez fez um acordo à parte com os cubanos e expandiu, através do Acordo Energético de Caracas, assinado em 2000, as facilidades para outros países da região. Em 2005, foi lançado o Petrocaribe, aliança de alguns países da região com a Venezuela, que permite aos primeiros comprar petróleo da segunda com pagamento preferencial. O Petrocaribe constitui, então, a principal estratégia da Venezuela em relação à América Central e Caribe, culminou com a constituição do Petrocaribe, um Acordo de Cooperação Energética proposto pelo governo venezuelano, com intuito de reduzir as desigualdades de acesso aos recursos energéticos, aprofundando os antigos convênios já existentes sobre a matéria.

O lançamento da instituição ocorreu dia 29 de junho de 2005, com a participação de quatorze países no I Encontro Energético de Chefes de Estado e de Governo sobre o Petrocaribe. Nesta ocasião também fora criado o Fundo da Alba, instituição financeira que ofertaria linhas de crédito para o desenvolvimento regional. Na época, as frágeis economias do subcontinente sofriram com a escalada de preço do petróleo, padecendo para comprar a quantidade suficiente de combustível que evitasse um colapso interno. A fim de baratear o preço do óleo, foram eliminados todos os agentes intermediários do comércio, resultando numa negociação direta entre órgãos estatais. Embora o Petrocaribe não tenha diminuído a dependência da Venezuela do mercado americano (cerca de 40% de suas exportações de petróleo), estes acordos consolidaram a ascendência de Hugo Chávez na região, consolidando relações bilaterais e expandindo o projeto integracionista.

A influência da diplomacia venezuelana e a disputa com Estados Unidos e México está se refletindo na região, influenciando governos e opositores. Na América Central, Honduras experimentou um golpe de Estado em 2009, no qual foi deposto o Presidente Manuel Zelaya, que foi retirado do palácio presidencial à noite e levado de pijama para a Costa Rica. Depois de algumas tentativas de retornar ao país, em setembro de 2009 Zelaya secretamente retornou a Honduras e se instala na embaixada brasileira de Tegucigalpa. No estopim da crise, está a questão da reeleição. Zelaya contrariou o Congresso hondurenho, a Suprema Corte e o Exército do país ao pressionar por um plebiscito para obter apoio a uma mudança na constituição. Essa mudança permitiria a reeleição para presidente. Zelaya, que iniciou seu governo em 2006, pelo Partido Liberal, ligado às elites, fez uma inclinação à esquerda, se aproximando de Hugo Chávez da Venezuela e ingressando na Alba (Alternativa Bolivariana das Américas), que tem como participantes os países liderados por governos de esquerda, como Venezuela, Equador e Cuba. Assim, foi descontentando grupos dentro de seu próprio partido, que são responsáveis pelo golpe. Ao entrar na Alba, Honduras recebe da Venezuela petróleo mais barato, entre outros benefícios.

Nesse contexto, Mauricio Funes tomou posse como presidente de El Salvador em 2009, para um mandato de 5 anos, após vencer as eleições em 15 de março. O novo governante representa a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), que havia lutado contra o governo durante 12 anos, numa guerra civil, de 1980 a 1992. Em 1992, a Frente Farabundo Martí abandonou as armas e

passou a fazer oposição à Arena (Aliança Republicana Nacionalista), que governou o país por vinte anos e implantou políticas neoliberais. No discurso de posse presidencial, o novo presidente salvadorenho afirmou que, durante a campanha, buscou o exemplo de líderes como Barack Obama e Lula. Funes também afirmou o imediato restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, rompidas desde 1959. Nesse sentido, o vice-presidente cubano Esteban lazo liderou a delegação de Cuba na posse do novo presidente. É importante ressaltar que El Salvador é o único país da América Latina que não mantém relações diplomáticas com Cuba. Assim, sob grande expectativa no continente, inclusive dos Estados Unidos, Mauricio Funes inaugurou o primeiro governo de esquerda de El Salvador, após 20 anos de governo da conservadora Aliança republicana Nacionalista (Arena). Já a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton esteve na posse de Funes e afirmou que as boas relações entre os países não mudariam. É sintomático lembrar que os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, não estiveram na cerimônia de abertura. Mas outros presidentes de esquerda compareceram, como Fernando Lugo (Paraguai), Rafael Correa (Equador), Michelle Bachelet (Chile) e Daniel Ortega, da Nicarágua.

A sobrevivência do regime cubano

Uma das grandes questões para as relações interamericanas é a sobrevivência do regime cubano, vinte anos após a queda do muro de Berlim. Desde o final dos anos de 1990, a economia cubana vem apresentando sinais de melhoria, também impulsionado pelos novos parceiros inter-

nacionais. Além de não haver mais os “apagões”, sintoma da crise energética, os produtos chineses vêm substituindo os produtos soviéticos. O isolamento de Cuba também está sendo revisto. Além da participação cubana na Alba, da relação com a China, Cuba vem intensificando suas relações internacionais. Em 2008, a União Europeia aceita retirar as sanções diplomáticas contra Cuba, abrindo um processo de diálogo incondicional com o país. E, em junho de 2009, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou a anulação da resolução de 1962, relativa à expulsão de Cuba da OEA.

Desde 2001, há uma certa reaproximação com a Rússia, embora mais pragmática. Em 2001, Putin visitou a ilha, mas alguns meses depois desativou a base russa de inteligência de Lourdes, privando Cuba de uma fonte de recursos e provocando um certo distanciamento. Mas em 2008 Medvedev visitou Raul Castro, interessado em propor cooperação com Cuba. A operação lembra um pouco a Guerra Fria, pois foi exatamente num contexto em que a Rússia estava contestando o projeto de escudo antimísseis norte-americano em países do Leste Europeu. O presidente chinês também ofereceu cooperação comercial com Cuba em uma visita em 2004, quando Ho Jintao firmou, em Havana, 16 acordos de cooperação em diversas áreas, como petróleo, comunicação, transportes, turismo e produção de níquel e aço. Em 2008, Jintao retornou à ilha, ampliando alguns projetos de cooperação e estendendo prazos de pagamento para aliviar os efeitos da crise mundial e dos desastres naturais (furacões) sobre a economia cubana.

Os militares vêm assumindo a economia cubana nos últimos anos, e promovendo uma lenta “capitalização”. A

dependência de importação de petróleo, no início dos anos 1990, era total. Agora, Cuba já produz cerca de metade do petróleo que consome. Em 2000, num acordo com a Venezuela, passou a importar petróleo com financiamento subsidiado. Em 2006 a economia cubana cresceu 6%, em parte por causa dos acordos com a China e a Venezuela. Cuba, dessa forma, está vivenciando um embrião de processo de transição, mas o formato, o ritmo e o resultado deste processo ainda não têm contorno claro, mas a tendência é uma variação do modelo chinês (controle do partido comunista e abertura econômica), mas com alguma ampliação da participação social.

A questão da sucessão de Fidel Castro é uma das principais variáveis. Em julho de 2006 foi anunciada a doença e o afastamento temporário de Fidel Castro. Em outubro de 2007 realizaram-se eleições gerais em Cuba para definir os delegados das Assembleias Municipais do Poder Popular. Fidel Castro aproveitou o momento para dar uma declaração na qual pedia para que o governo de George Bush desse fim ao embargo imposto a Cuba. Em 2008, o processo eleitoral iniciado em 2007 é concluído, sendo eleita a Assembleia Nacional, que, por sua vez, escolheu o Conselho de Estado. Em março de 2008, na esteira da abertura controlada, é liberada a venda de microcomputadores pessoais e aparelhos de DVD, bem como a venda de telefones celulares e televisores a cidadãos comuns em Cuba.

A condução da questão cubana representa o grande teste da diplomacia de Obama para a América Latina. Enquanto Washington afirma que não pretende retirar o embargo de quase 50 anos à ilha comunista, admite estudar o relaxamento de algumas restrições. De fato, embora

muitos países tenham defendido o reingresso de Cuba na OEA (da qual foi expulsa há 47 anos), os Estados Unidos têm sinalizado que é necessário mais demonstração de mudanças por parte de Cuba. Embora um passo significativo tenha sido dado alguns dias antes da cúpula, ao suspender as restrições a viagens e ao envio de remessas de dinheiro de cubanos-americanos para a ilha, o processo deverá ser lento.

Uma nova América Latina?

A América Latina, em especial a América do Sul, vem chamando a atenção internacional nos últimos anos. A região tem sido visitada por governantes de diversos países e regiões, a mídia tem dado certo destaque aos assuntos latino-americanos e percebe-se uma retomada dos investimentos na região. Por outro lado, percebe-se que a América Latina vem passando por processos políticos novos, que demonstram sua capacidade de reafirmação e certa autonomia diante das grandes potências.

Depois de uma década de neoliberalismo, emerge um novo modelo de desenvolvimento e de inserção internacional. Durante os anos de 1990, os governos neoliberais abriram as economias latino-americanas, privatizaram as empresas estatais, muitas estratégicas e lucrativas, retraindo o papel do Estado e permitindo maior mobilidade e liberdade do capital estrangeiro. Praticamente todos os países da América Latina executaram esse programa, que ampliou as vulnerabilidades da região, exposta aos riscos e com baixa capacidade de reação às crises e à insegurança internacional.

Com a crise do neoliberalismo no final dos anos 1990, na esteira das crises econômicas, das dificuldades em avançar nas rodadas de negociação na OMC, na crescente visibilidade do protecionismo dos países centrais, ocorreu a emergência de um novo modelo. Amparado em forças nacionalistas, partidos e movimentos populares e de esquerda, denunciou-se as crises internacionais, o unilateralismo norte-americano nas guerras do Afeganistão e do Iraque e o protecionismo dos países ricos. A saída foi aprofundar o processo de integração entre os países latino-americanos e retomar o desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social.

Por outro lado, a combinação de democracia e pobreza permitiu a emergência de novos atores sociais. Depois da eleição de Hugo Chávez na Venezuela (1998) e da primeira eleição de Lula no Brasil (2002), irradiou-se pelo continente a ascensão de governos críticos (embora com importantes nuances) ao modelo neoliberal, marcando, assim, a ascensão de nova fase para a América Latina. Nesse sentido, venceram as eleições Néstor Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vasquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009). É perceptível que a mudança está nucleada na América do Sul, mas que já está refletindo no conjunto da América Latina.

Um dos pontos de virada, que marcaram a política interamericana, foi a resistência crescente ao projeto dos Estados Unidos de formação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (Alca). As negociações da Alca haviam iniciado em 1994 e sofreram resistência de muitos países,

inclusive do Brasil, que procurou evitar que o Mercosul fosse diluído no projeto norte-americano. Também há o surgimento da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), articulado por Venezuela e Cuba, e que já conta com a participação de diversos países.

Além do Mercosul e da Alba, a resposta veio com o projeto de integração da América do Sul, lançado em 2000 na primeira cúpula de presidentes sul-americanos. Essa proposta avançou e, desde 2007, está sendo construída a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Com o fracasso da Alca, evidenciado na Cúpula de Mar del Plata, em 2005, os Estados Unidos intensificaram a estratégia de minar o projeto de integração latino-americana, oferecendo tratados de livre-comércio bilaterais. Na América do Sul, esta estratégia seduziu alguns países, como Chile, Colômbia e Peru. Entretanto, esses países também têm participado do processo de integração na América do Sul.

Dessa forma, a América Latina tem protagonizado novos processos, como a ascensão de governos populares e nacionalistas, a crítica ao neoliberalismo, a retomada da capacidade estatal na indução do desenvolvimento, a valorização da democracia e o surgimento de um nacionalismo de tipo novo, que não receia a integração entre os países da região. Além disso, vem estabelecendo parcerias com países de diversos continentes, visando a cooperação e a ampliação do comércio, bem como ampliação do protagonismo regional. Nesse contexto, a América Latina, em especial a América do Sul, vem dando firmes passos rumo a maior autonomia e projeção internacional.